

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ismael Fenner*

RESUMO

Este estudo sobre a formação continuada de professores na educação inclusiva, tem como questionamento saber “qual a importância da formação continuada de professores para garantir a educação inclusiva de qualidade”? A partir desse questionamento, teve como objetivos enriquecer o conhecimento sobre a inclusão escolar, descrever como é feita a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, e ainda, mencionar documentos que regulamentam a educação especial no Brasil. Pensou-se nesse tema por atualmente estar emergindo a escola como espaço privilegiado para a formação continuada e por a inclusão estar ocorrendo nas escolas, onde, muitas vezes, os professores se sentem despreparados para o trabalho com a diferença na sala de aula. Fica cada vez mais evidente pensar as necessidades de se construir uma prática educativa inovadora, pautada na construção e reflexão do conhecimento compartilhado, que possibilite agir, transformar e refletir na prática educativa dos docentes. É preciso através dos desafios do contexto em que se vive olhar e perceber os obstáculos como possibilidades de construção do novo.

* Doutor em Ciências da Educação. ismolg@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Muitos são os questionamentos e discussões a respeito do papel da escola na educação, porém, é preciso vê-la além de somente transmitir conhecimentos aos alunos. Sendo a escola conhecida como “instituição do saber”, a mesma exerce uma enorme importância por toda a sociedade. Por tamanha importância que a mesma se faz jus, necessita-se olhar além do que os olhos podem ver e ensinar os alunos a pensarem sobre o mundo, a sociedade na qual estão inseridos e o mundo das diferenças/discriminações para dar subsídios aos alunos ao enfrentem essas adversidades da vida.

A escola necessita ser pensada como “preparação” para a vida, na função de preparar cidadãos do mundo. A escola é um ambiente de aprendizagem, onde há grande pluralidade cultural, mas que direciona a construção de significados compartilhados entre o aluno e o professor. A construção desses significados compartilhados enfatiza uma necessidade de mudança na escola, por meio da reflexão. A mesma necessita da individualidade e da coletividade ao mesmo tempo, a qual envolve diversos aspectos da escola, ou seja: as relações entre o ensinar e aprender com diversas trocas de informações, a interação de indivíduos que participam da cultura escolar, além dos processos curriculares, pedagógicos e administrativos haverá o compartilhamento de informações e interação da cultura escolar.

Deve-se pensar a escola como um ambiente atrativo para professores, alunos e os profissionais nela atuantes, para que estes possam se sentir convidados a participar desta atmosfera de conhecimento que dia após dia é construída por professores e alunos, aproveitando o conhecimento prévio que é trazido por todos.

O foco deste estudo está na formação continuada do professor de educação inclusiva. O presente assunto foi escolhido por vários motivos, entre eles colocar em ênfase assuntos que normalmente passam despercebidos, porém de extrema importância, pelo fato de que a profissão exige amor e dedicação, esse e o motivo da escolha desse tema.

Apresenta como questionamento, saber “qual a importância da formação continuada de professores para garantir a educação inclusiva de qualidade”?

Tem como objetivo geral enriquecer o conhecimento sobre a inclusão escolar.

1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Apesar de o movimento para inclusão não ter começado com a educação especial, a sua história está intrinsecamente ligada à inclusão. Nos primeiros anos da história, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, sendo rejeitadas e perseguidas. Passando o momento de perseguição das pessoas com deficiência, começou o período de tratamento dessas pessoas, com o enfoque médico-clínico, em instituições religiosas e filantrópicas. Ou seja, as pessoas com deficiência seriam mais bem tratadas e protegidas à parte da sociedade.

Em meados do séc. XX começa a fase de normatização e integração, na qual o enfoque pedagógico passa a ser usado, primeiramente em escolas especiais e, após, em classes especiais dentro da escola comum.

Já na década de 70 começa-se a pensar em educação integrada. Para Mendes (2002, p. 63), “escolas comuns passaram a aceitar a ideia de incorporar crianças ou adolescentes deficientes em classes comuns ou, ao menos, em classes especiais ou de recurso, em ambientes com o mínimo possível de restrição.” Nesse viés, os deficientes são aceitos, mas somente aqueles capazes de se adaptar à escola comum, pois esta não estava disposta a adaptar o seu sistema.

Na segunda metade dos anos 80 – e mais radicalmente na década de 90 surge a fase da educação inclusiva, com documentos históricos, como a Conferencia Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), os quais asseguram para todos o direito de acesso ao sistema comum de ensino.

A ideia da escola inclusiva nasceu da integração, em que os alunos precisavam se adaptar à escola; a inclusão é mais radical, pois implica “uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula” (MITTLER, 2003, p. 34).

Também, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial:

[...] implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos – ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. (MEC/SEESP, 2001, p.40).

“Escola inclusiva” não é apenas colocar os alunos diferentes na sala de aula regular, mas é necessário que a escola mude e perceba os alunos com as suas diferenças, não mais para excluí-los, mas sim para valorizar e trabalhar as suas habilidades. Mittler (2003) salienta que a educação inclusiva é ofertada em sala de aula comum, porém “não é incompatível com a noção de apoio”, pois os professores das escolas regulares necessitam do apoio especializado, para dar suporte metodológico aos familiares.

Para Carvalho (2006), as escolas inclusivas são para todos os alunos, distinguindo e atendendo as individualidades, “respeitando as necessidades de qualquer dos alunos”. Nesse sentido, não apenas os alunos com deficiência seriam auxiliados, mas todos os que apresentam dificuldades de aprendizagem, seja ela temporária ou permanente, endógenas ou exógenas. Ou seja, as dificuldades que são de origem genética ou as proporcionadas pelo meio em que a criança vive.

Para que haja uma escola inclusiva é necessário remover as barreiras que impedem que os alunos tenham uma boa aprendizagem, sejam elas: arquitetônicas, metodológicas e atitudinais. Então é preciso identificá-las por meio das avaliações diárias feitas pelos professores.

1.10 que é Inclusão

Define-se como inclusão o ato de inserir em determinado meio, a inclusão no ensino fundamental trata-se da capacidade de integrar, compreender e interagir com pessoas diferentes. Classifica-se como educação inclusiva o fato de receber a todo sem exceção, são eles: deficientes físicos, mentais, superdotados, ou seja todas as crianças que se sintam diferentes ou que realmente sejam diferentes das outras. E dever da escola inclusiva receber a todos com amor e dedicação e mais ainda elevar o nível de aprendizagem mostrando a esses alunos que não somente em sala de aula eles tem capacidade de serem independentes, mais sim em qualquer lugar.

O sistema educacional brasileiro defende uma educação para todos por meio de uma escola inclusiva, que por sua vez tem a incumbência de se adaptar e de receber os alunos com necessidade especiais, se adaptando de melhor maneira possível.

Faleiro (2001), constatou que os alunos incluídos apresentaram ganhos quanto a socialização e a aprendizagem, contudo a escola não vem fornecendo o apoio necessário para a inclusão desse aluno.

O preconceito, a discriminação, a negligência muitas das vezes são voltados as crianças com deficiência, por esse motivo a auto estima muitas das vezes é baixa e existe a falta de comunicação, isso não ocorre somente dentro de sala de aula, ou na sociedade em geral. Os pais da criança com necessidade especial as vezes por falta de informação não consegue acreditar na capacidade do filho, com o passar do tempo essa visão de incapacidade por meio das pessoas próximas levam a criança a acreditar que não é capaz de estar em contato com a sociedade.

O atendimento educacional especializado garante ao aluno com necessidades especiais o direito a educação e o dever de se aplicar como todos os alunos da rede regular de ensino.

De acordo com Sassak (1999, p 41-42):

A inclusão repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como, a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através das cooperações.

De fato o atendimento educacional por pessoas com necessidades especiais, seja essa física, mental ou sensorial múltiplas, vem sendo negligenciada pelas escolas, pela políticas públicas e até mesmo pelas atuais formadores de educadores.

Para o educando com deficiência, é necessário que se desenvolva um trabalho diferenciado, que supra suas carências, essas formas de ensino podem vir em forma de dinâmicas, materiais didáticos reformulados e adaptados ao aluno, e principalmente docentes preparados para exercer esta função. Fazendo assim com que a educação nas escolas alcancem sua finalidade, a de promover o desenvolvimento das potencialidades do aluno, fundamentado em referências teóricas e práticas de acordo com a necessidade de cada aluno.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de educação requer condições básicas como a reformulação de programas educacionais, e a formação dos educadores. Ao investir na formação, a implementação da proposta de educação inclusiva, na qual se envolve toda uma preparação de professores com base nas necessidades dos alunos, e buscar novos métodos de ensinar e de aperfeiçoar o trabalho de sala de aula. Esse aperfeiçoamento ocorre principalmente pela formação dos professores. Portanto, para que o professor receba em sala de aula alunos portadores de necessidades educacionais especiais, ele precisa de formação especializada, nessa área da educação e treinamento

1.2 Os Princípios da Inclusão e Integração

O assunto a ser discutido trata sobre a educação especial e a integração de alunos com necessidades especiais na rede escolar de ensino, abrange também a necessidade de apoio para com os professores. A educação especial se classifica dentro do contexto político de educação para todos, a inclusão exige mais qualificação, mais estudo por parte do meio escolar, com o objetivo maior de ensino de qualidade para todos, independentes de suas limitações.

Por esse motivo, espera-se que a educação brasileira se atualize, envolvendo professores, monitores, diretores, e todos os integrantes do corpo de trabalho da escola, visando o aperfeiçoamento das práticas escolares, entre elas o planejamento do professor e o aperfeiçoamento dos materiais a serem usados.

A educação inclusão recebe todas as pessoas se exceção, alunos professores, a comunidade em geral. Inclui-se no planejamento da educação especial alunos com deficiência mental, superdotados, deficientes físicos, ou até mesmo crianças com problemas sentimentais, como a depressão, assim se define o papel da inclusão como receber a todos com amor, dedicação e entendimentos sobre suas limitações, e além auxílio na evolução.

O sistema educacional brasileiro defende uma educação para todos por meio de uma escola integrada e heterogênia acolhedora e preparada para essa evolução, a educação inclusiva exige uma instituição preparada para receber alunos com necessidades especiais, isso ocorre com a formulação de novos currículos de base, adequação do espaço físico, preparação dos docentes e a reformulação dos recursos didáticos.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quanto a formação continuada é um assunto fundamental para educação, pois é necessário que o docente esteja sempre ou em constante processo de formação buscando qualificação, pois a formação continuada lhe oferecerá condições de atuar com os conhecimentos atualizados e assim, ter uma prática atenda as diferenças em sala de aula.

2.2.1 O que é um Sistema Escolar Inclusivo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (BRASIL, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz

que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Para Durkheim (1978, p.49):

A escola não pode ser propriedade de um partido; e o mestre faltará em seus deveres quando empregue a autoridade de que dispõe para atrair seus alunos à rotina de seus preconceitos pessoais, por mais justificados que lhes pareçam.

A educação inclusiva no Brasil ainda está em seu estado embrionário, e sabe-se que o apoio e o investimento dos governos são necessários. Todavia, espera-se que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decedentes do atendimento aos portadores de necessidades especiais.

2.2.2 Espaços de Formação Continuada na Escola

Com as carências da formação inicial e as necessidades reais da escola a formação não deve ficar apenas na recebida no primeiro momento, assim, a formação deve ser continuada, percebendo que o ser humano é inacabado; ainda mais quando se fala em professores, pois têm de conviver com mais de uma geração em todo o seu tempo de serviço, gerações de pessoas tão complexas, com suas realidades familiares.

O que é a formação continuada? Para a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Professores da Educação) (2000, p. 22-23),

a formação continuada trata da continuidade da formação profissional, proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e novos meios para desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico; um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial e vista como uma proposta mais ampla, de humanização, na qual o homem integral, omnilateral, produzindo-se a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo.

Nóvoa (1991, p. 70) coloca que “a formação continuada deve ajudar a mudança educacional e que o espaço adequado para esse processo é o professor inserido no grupo profissional e numa organização escola.

Para Freire (1996), o que existe de pesquisador no professor não é apenas uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acresce à ação de ensinar, mas que a pesquisa faz parte da natureza da prática docente, por esta remeter à indagação, à busca, à investigação. Para tanto, é preciso que o professor, durante sua formação permanente, se perceba e se assuma como professor pesquisador. Ou seja, que o professor pesquisador possa partir de questões de sua prática pedagógica com o objetivo de aprimorá-la.

Para Moreira (2002, p. 53),

[...] as práticas de formação continuada, de forma geral, são concebidas como meio de acúmulo de conhecimento ou aprendizado de novas técnicas, em eventos de curta duração”, assim são receituários, transmitidos por palestrantes que desconhecem a realidade das escolas e vêem a formação continuada como uma boa fonte financeira.

2.2.3 O Papel da Professora numa Escola Inclusiva

O papel e a atuação do professor já não é há muito tempo a mesma do passado. Antes ele detinha “todo” conhecimento e depositava nos seus alunos aquilo que havia estudado. Porém, esse estudo era normalmente lido e repassado para eles sem reflexão ou visão crítica dos conteúdos.

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem (SILVA & RETONDO, 2008, p. 28).

Hoje, felizmente, pode-se e deve-se ensinar os alunos a pensar, a questionar e a aprender a ler a realidade, para que possam construir opiniões próprias.

Para que isto ocorra o professor deve, em primeiro lugar, gostar e acreditar naquilo que faz, ou seja, através de seus atos e ações ele servirá de modelo para seus alunos; se ele ensina a refletir ele deve também refletir, se ele ensina a respeitar o próximo ele deve respeitar seus alunos e assim por diante. Deste modo, ele está sendo uma prova viva daquilo que está ensinando, pois bem a sua frente existem seres humanos que estão sendo moldados por ele.

O aluno é como se fosse um solo fértil , onde o professor semeia suas melhores sementes para que se produzam belos frutos. A relação professor/aluno deve ser cultivada a cada dia, pois um depende do outro e assim os dois crescem e caminham juntos.

E é nessa relação madura que o professor deve ensinar que a aprendizagem não ocorre somente em sala de aula. Se estiverem atentos aprendem a todo momento e não só na escola com o professor. Assim, o aluno irá desenvolver um espírito pesquisador e interessado pelas coisas que existem; ele desenvolverá uma necessidade por aprender, tornando-se um ser questionador e crítico da realidade que o circunda. Como diz o filósofo: “O verdadeiro objetivo da Educação não é meramente prover informação, mas o estímulo de uma consciência interna” (Al- Ghazali).

2.2.4 A Interação Professor-Aluno na Sala de Aula

Torna-se urgente que os alunos de Pedagogia, de Psicologia, das demais licenciaturas e todos os outros profissionais que terão contato com os alunos portadores de necessidades especiais, recebam em sua formação esse preparo. É

necessário que todos fiquem “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares” (SILVEIRA & SOUZA, 2011, p. 37).

Os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento “para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (SILVEIRA & SOUZA, 2011, p. 38). Isso se torna ainda mais complicado quando se trata de professores de ciências, como a Química, pois enfrentam grandes dificuldades em lidar com a construção do conhecimento científico voltado para esse grupo específico. Por exemplo, os alunos surdos sofrem muito com essa questão, porque a Química contém uma linguagem específica, que muitas vezes não tem como ser traduzida para LIBRAS, dificultando, assim, a construção do conhecimento.

Segundo Silveira e Souza (2011), o resultado é que mesmo estando em sala de aula, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos.

Além dos professores que não são bem preparados, as próprias instituições de ensino não contam com recursos físicos e didáticos que visam atender às necessidades desses alunos. Por exemplo, alunos cegos necessitam de todos os livros didáticos em Braille, cadeirantes precisam que a estrutura física da escola esteja preparada para recebê-los, tendo, por exemplo, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, entre outros aspectos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas da rede pública, principalmente em escolas mais afastadas do centro urbano, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Focalizando, porém, no educador, existem cada vez mais pesquisas pautadas nessa formação dos professores voltada para a educação inclusiva. Uma atividade que pode ajudar durante essa formação é “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escolas que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais” (SILVA & RETONDO, 2008, p. 28). A elaboração de vários projetos pode ser de auxílio nesse sentido, bem como a

inclusão da disciplina Aspectos éticos-políticos-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais, nos cursos de graduação citados, conforme a indicação do Ministério da Educação, portaria 1.793/94 (BRASIL, 1994).

As relações entre professor/aluno/conteúdo não são estáticas, mas dinâmicas, pois se trata da atividade de ensino como um processo coordenado de ações docentes. Freire (1987) em seu livro *Pedagogia do Oprimido* deixa entender que a relação professor (opressor) e aluno (oprimido) ou vice-versa têm a finalidade de que a relação professor-aluno nesse processo de ensino-aprendizagem gira em torno da concepção da educação, tendo uma perspectiva de que quando todos se unirem na essência da educação como prática de liberdade, ambos abrirão novos horizontes culturais de acordo com a realidade e imaginação de todos os indivíduos, seguido das diferentes culturas de cada um.

É preciso que os docentes reinventem e reencantem a educação, tendo como foco uma visão educacional, usufruindo do conhecimento já construído e produzindo novas experiências no processo de ensino-aprendizagem dos educandos (ASSMANN, 2007).

Porém, um dos maiores problemas relacionados ao fracasso escolar pode estar ligado ao preconceito. Com certa frequência os professores procuram explicar a razão do não aprender do aluno às deficiências orgânicas, psicológicas, culturais em detrimento de um estudo e diagnóstico que pudessem esclarecer a situação. Em outras palavras, já fazem de antemão o diagnóstico e rotulam esse aluno. Acredita-se que a mescla de teorias que se complementem teria um caráter mais proveitoso para professores e alunos do que a tendência de seguir um “método”. Nada substitui o fator humano, a afetividade, a interação e o olhar atento às diferenças reações.

CONCLUSÃO

Se o interesse dos profissionais da educação for de fato com o foco nas reais necessidades, como expectativas da educação na formação de indivíduos críticos-reflexivos, são necessárias mudanças não apenas nas palavras, mas nas atitudes. É preciso estar comprometido com o aluno, a escola, a sociedade e

professores com uma educação de qualidade, vendo o aluno como indivíduo ativo do processo ensino-aprendizagem. Só assim os docentes estarão cumprindo o papel de orientador realizando mais que o simples ato de ensinar.

Faz-se necessário ao longo da trajetória formativa, seja ela recém-formada ou com anos de formação, refletir sobre o quanto os professores são capazes de reconstruir os próprios caminhos. Isso lhes dará experiências enquanto alunos que foram, e eternamente serão, e quanto a professores atuantes no espaço escolar hoje e amanhã.

O professor em muitos casos é visto como força estimuladora para despertar nos alunos uma disposição motivadora para determinado assunto. Essa relação de “ídolo” do aluno para com o professor estimula sentimentos, instiga a curiosidade, relata de forma sugestiva um acontecimento, faz uma leitura expressiva de um texto, e assim sucessivamente, ocorre o crescimento desta cumplicidade entre professores e alunos.

Os docentes devem levar em consideração, enquanto profissionais da educação ou acadêmicos que almejam iniciar a carreira docente, que não são melhores que ninguém, mas que devem sempre aprender seja com outros professores ou até mesmo com os alunos, pois até o mais analfabeto pode ensinar de uma maneira diferente: com o exemplo da própria vida. É nesse sentido que a produção conjunta do conhecimento é uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos, pois abre horizontes para novos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções, bem como a fixação e consolidação de conhecimentos e convicções adquiridas anteriormente.

Assim sendo, entende-se que a proposta de ensino de qualidade, que se volta para a formação cultural e científica do aluno que o possibilite em sua ampliação da participação efetiva nas várias instâncias de decisão da sociedade, defronta-se com problemas de fora e dentro da escola. Sendo a escola pública gratuita, com direito essencial para se constituírem como indivíduo-cidadão, faz-se necessário pensar sobre uma “nova didática” voltada para os interesses populares de transformação da sociedade.

Para que essas mudanças aconteçam e escola consiga exercer seu papel, é necessário que todos caminhem juntos, tendo a perspectiva praticada nas escolas de nossa sociedade, educando para um mundo mais igual e cumprindo assim o seu papel mais importante na educação: formar seres que possam pensar a respeito de tudo o que fazem.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

BOLZAN, D. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** Porto Alegre: Mediação, 2004

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto.** São Paulo: Gente, 2001

DURKHEIM. E. **Educação e Sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996

GADOTTI, M.. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

GÓMEZ, A. I. P. **A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula.** In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LIBÂNEO, J. C.. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MENDES, E. **Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil** in: PALHARES, M. S. MARINS, S. C. Escola Inclusiva, São Carlos: EdUFSCAR, 2002.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais, Porto Alegre, ArtMed, 2003

MOREIRA, C. E. **Formação continuada de professores**: entre o improvisado e a profissionalização, Florianópolis: Insular, 2002.

NÓVOA, A. (ORG.) **Profissão Professor**. 2ª Ed. Porto: Porto, 1995.

_____. (Org.) **Vidas de Professores**. 2ª Ed. Porto: Porto 1995.

NÓVOA, A. **A formação contínua entre a pessoa – professor – a organização – escola**. In: Inovação. Revista do Instituto de Inovação Educacional, Lisboa: vol. 4, Nº. 1, 1991.

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHÖN, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. (Coord.) Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.